

A READAPTAÇÃO DOCENTE



EDILSON RODRIGUES MATOS

Graduação em Licenciatura plena em Matemática pela Universidade Ibirapuera (2003); Professor de Ensino Fundamental II e Médio - Matemática - na EMEF Céu Cidade Dutra e E.E. Pastor Emílio Warwick Kerr.

RESUMO

Professor readaptado, é quando se verifica alteração em sua capacidade de trabalho, por modificação do estado de saúde física e/ou mental, comprovada mediante inspeção médica, a ser realizada por intermédio da Secretaria da Educação. O presente estudo tem como objetivo, por intermédio de um levantamento de artigos e revistas acadêmicas, observar os principais pontos da readaptação docente. A readaptação é um processo longo e complexo, que o servidor público precisa percorrer cumprindo os procedimentos burocráticos e jurídicos do Estatuto do Servidor Público Estadual e as devidas injunções da burocracia interna da Secretaria de Saúde. As funções mais frequentes exercidas pelos professores readaptados pode-se destacar auxiliar de secretaria e auxiliar de biblioteca, tarefas que não possuíam qualificação profissional, se tornando um conflito. A forma como o processo de readaptação tem sido realizada gera novos fatores de sofrimento, pela exclusão e angústia sentidas por quem passa por esse processo. De forma geral, boa parte dos docentes em situação de readaptação por questões de saúde mental apontam desvalorização, discriminação e desrespeito. Ao longo da definição do processo de readaptação, as decisões são tomadas unilateralmente pelos peritos e repassadas aos gestores escolares, sem esclarecimentos ou sensibilização sobre a adequada recepção do readaptado e sua condução no contexto laboral. Em relação as causas e consequências do mal-estar docente e as readaptações precisam de mais estudos que tratem do impacto das lutas e conflitos de classe que desenvolvem nas escolas e outras instituições de ensino que podem afetar e ter um papel importante no adoecimento docente.

PALAVRAS-CHAVE: Afastamento; Saúde de professores; Adoecimento profissional.

INTRODUÇÃO

“Readaptado”, segundo dicionário, é aquele que se adaptou novamente. Entretanto, o termo ganhou outra conotação quando aplicado ao servidor público que, por diferentes motivos (invalidez total ou parcial, estresse, doenças, entre outros) deixa de exercer seu cargo corrente, para o qual foi admitido, para exercer outro, diferente no nível de esforço.

A readaptação é um instituto previsto nos diversos estatutos de servidores públicos da federação. Segundo o Artigo 1º da Resolução SE-12 de 18 de março de 2014, professor readaptado, é quando se verifica alteração em sua capacidade de trabalho, por modificação do estado de saúde física e/ou mental, comprovada mediante inspeção médica, a ser realizada por intermédio da Secretaria da Educação.

Entre os servidores ativos da rede pública municipal de São Paulo, os professores foram a terceira categoria profissional, em 2012, que mais se afastou do trabalho por problemas de saúde. O site Observatório de Educação - Ofício Docente (2009) apud Antunes (2014) ao definir o termo “readaptação” como:

[...] situação jurídica que envolve o trabalhador que não se encontra na capacidade laborativa plena para exercitar as tarefas de seu cargo. Trata-se de uma pessoa que não está clinicamente apta para fazer o trabalho rotineiro, relacionado à sua função, mas também não é considerada, pela perícia médica, clinicamente inapta para receber uma licença ou se aposentar por invalidez. (s/p)

O Instituto da Readaptação foi estabelecido na Lei nº 3780, de 12 de julho de 1960, da União Federal, tratando dos servidores federais, e estabeleceu, entre outras medidas e normas para o servidor em situação de desvio de função, termo utilizado antes de “readaptação”. Entre os vários quesitos, enumeramos se encontram:

- 1º) O desvio de função, por mais de dois anos, advindo e subsistente por necessidade absoluta do serviço;
- 2º) O desvio de função exercido permanentemente;
- 3º) O desvio de função em atribuições de cargo ocupado perfeitamente diversas do cargo de origem, e apenas, comparáveis ou afins, variando somente de responsabilidade e de grau;
- 4º) O desvio de função em funções de que o funcionário possua as necessárias aptidões e habilitações para o desempenho regular do novo cargo em que deva ser classificado. (SIN-CERCA, 2012, s/p).

Segundo Antunes (2014) o crescimento dos casos de readaptação é bastante significativo e preocupante nos anos de 2012 a 2013, pois não estão incluídos nesses dados os afastamentos temporários e licenças médicas que não contabilizam a questão de readaptação, mas que entram no debate sobre o absentéismo docente.

Visto isso, o presente estudo tem como objetivo, por intermédio de um levantamento de artigos e revistas acadêmicas, observar os principais pontos da readaptação docente.

REVISÃO DE LITERATURA

A readaptação é um processo longo e complexo, que o servidor público precisa percorrer cumprindo os procedimentos burocráticos e jurídicos do Estatuto do Servidor Público Estadual e as devidas injunções da burocracia interna da Secretaria de Saúde (Departamento de Perícias Médicas).

Em maio de 2013, 6,2% dos professores ativos se encontravam readaptados, sendo de 2011 a 2013 ocorreu um aumento de 24,9% no total como citado anteriormente, ocorrem também, inúmeros afastamentos temporários que agravam ainda mais a falta de professores nas instituições escolares (ANTUNES, 2014).

CAUSAS DA READAPTAÇÃO

Pensando no papel docente, à prática profissional no cotidiano escolar, encontramos, atualmente, diversas críticas sobre a má formação docente, falta de profissionalismo, o absenteísmo, o adoecimento e os afastamentos constantes. Entretanto, também se observa a precarização das condições de trabalho, salários considerados inadequados e a ausência de políticas e programas educacionais que garantam o exercício saudável da função docente. Todos estes fatores podem permanecer durante anos, por não ter políticas públicas que resolvam a problemática (ANTUNES, 2014).

Segundo Ferreira (2019) o profissão docente é um trabalho que não dura apenas o horário comercial, mas inclui os horários de descanso. A carga horária excessiva, gera em sua maioria, com que os professores possuíam estilos de vida precários, com falta de atividades físicas, poucas horas de sono durante a noite e muitos problemas de saúde, destacando os transtornos músculos esqueléticos, respiratórios e mentais (VEDOVATO, 2008).

Retornar ao trabalho em readaptação funcional encerra em si sua finalidade, ou seja, não tem a intenção de fazer que o professor retorne à atividade principal ou de prevenir novos afastamentos. (Macaia, 2015)

FUNÇÕES DOS READAPTADOS

Entre as funções mais frequentes exercidas pelos professores readaptados pode-se destacar auxiliar de secretaria e auxiliar de biblioteca, tarefas que não possuíam qualificação profissional, se tornando um conflito (Medeiros, 2006). É comum que as novas atividades que lhes são impostas se configurem como tarefas fragmentadas, sem sentido e que não proporcionam realização profissional.

Gerlin (2006), aponta que professoras readaptadas que trabalhavam na biblioteca, afirmam ter o sentimento de desvalorização do trabalho realizado em função de não serem consideradas

professoras. Ao mesmo tempo em que o trabalho atribuído a elas na biblioteca, na maioria das vezes, desqualificava seu histórico profissional, elas relatavam a sensação de que precisavam travar batalhas cotidianas na escola para assegurarem seu espaço profissional.

IMPLICÂNCIAS DA READAPTAÇÃO

No estudo de Mota (2022), as professoras readaptadas por diagnóstico em saúde mental, não são capazes de se enxergar e se posicionarem além do rótulo. Ferreira e Abdala (2017), em estudo sobre identidade profissional e o estigma social do professor readaptado, citam Goffman, quando este fala que o estigma “constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real”.

Outro complicador refere-se à perda de direitos, entendida por algumas instâncias como justa pelo fato de essas professoras terem saído da regência. Esse fato era vivido como um processo que gerava ainda mais desgaste para essas professoras, já fragilizadas pelo adoecimento e pelo sentimento de exclusão. A autora conclui apontando a readaptação profissional como um dos indicadores do processo de precarização do trabalho nas escolas públicas e ressalta o descaso dos órgãos governamentais sobre a situação desses profissionais (GERLIN, 2006).

Pezzuol (2008), aponta que a forma como o processo de readaptação tem sido realizado gera novos fatores de sofrimento, pela exclusão e angústia sentidas por quem passa por esse processo. Nunes (2000) é categórica ao afirmar que, se a dimensão da readaptação é coletiva (social), não cabe a readaptação como um processo que atua numa perspectiva individualizante.

Tratar a dimensão coletiva da readaptação inclui considerar não só as situações de trabalho e o conteúdo das tarefas, mas também as questões do sujeito trabalhador e o seu coletivo. Pode-se ressaltar que o retorno ao trabalho não se restringe à redefinição e realocação de tarefas; trata-se de um processo que passa pela reconstrução identitária do trabalhador adoecido e ainda inclui a reconstrução de relações de confiança e do coletivo de trabalho.

E em grande parte, a readaptação docente vem acompanhada de problemas de saúde que exigem um acompanhamento médico, bem como acompanhada pela dificuldade de se marcar consultas e da falta de tempo para se fazer exames.

DIFICULDADES DA READAPTAÇÃO

O retorno ao trabalho provoca piora dos sintomas, o que sugere que a volta ao trabalho na escola ocorra em condições semelhantes àquelas que influenciaram os afastamentos, e com o agravante da ausência de políticas adequadas para o momento desse retorno (GLINA, 2001). O estudo de macaia (2015), mostra que a readaptação funcional não foi um retorno bem-sucedido à sala de aula ou adaptação a uma nova atividade de trabalho, mais adequada e compatível com as capacidades e habilidades do professor.

O incômodo da readaptação funcional aparece evidente no início do processo, em que ainda não houve tempo para os processos serem configurados como atividades eficazes no desenvolvimento das professoras readaptadas (MOTA, 2022). O sentimento inicial dos professores, com relação à readaptação, não foi bom, causou frustração, insegurança, medo de não ser útil, entretanto, ao se descobrirem em suas novas funções, esses sentimentos foram se perdendo.

Sendo assim, o estado de readaptação é vivido como castigo, uma vivência difícil no sentido de deixar de ser professor. Outro complicador refere-se à perda de direitos, entendida por algumas instâncias como justa pelo fato de essas professoras terem saído da regência. Esse fato é vivido como um processo que gera mais desgaste para esses professores, já fragilizados pelo adoecimento e pelo sentimento de exclusão. A autora conclui apontando a readaptação profissional como um dos indicadores do processo de precarização do trabalho nas escolas públicas e ressalta o descaso dos órgãos governamentais sobre a situação desses profissionais.

Macaia e Fischer (2015) concluíram que o processo de retorno ao trabalho, de modo geral, não teve a intenção de prevenir doenças ou novos afastamentos nem de promover a saúde. O estudo de Fantini (2010), concluiu que, depois do processo de readaptação, a duração dos afastamentos diminuiu, mas não houve redução no número de afastamentos, apontando como falha no processo de readaptação o fato de a legislação não determinar a requalificação profissional e nem o acompanhamento do trabalhador readaptado. Observa-se, ao mesmo tempo, que há escassez de discussões e propostas de intervenção acerca de processos de retorno ao trabalho após afastamentos (MACAIA, 2015).

Assim, pode-se defender que a reinserção no trabalho pela readaptação possui importante significado para o trabalhador, pois seu afastamento por motivo de saúde gera uma nova condição de trabalho e de vida, levando-o a vivenciar relações singulares no próprio ambiente de trabalho, além do sentimento de perda, frustração e fracasso. Percebem-se sentidos diferentes atribuídos à readaptação, abrangendo desde o aspecto da ameaça e da ruptura até o sentido de resistência e reinvenção. De qualquer forma, os readaptados sofrem discriminação, são tratados com desconfiança e sentem culpa (MENDONÇA, 2013).

Quanto aos sentidos atribuídos pelos professores readaptados, a análise indicou a existência de um conflito entre querer e não querer voltar às atividades em sala de aula e uma alternativa de retorno ao trabalho, qual seja, a readaptação funcional. O papel da gestão da escola foi um elemento essencial aos processos de retorno ao trabalho de professores ativos e readaptados. Para estes últimos, interferiu sobre a satisfação e manutenção do trabalho pós-retorno à escola, porque estas se associam diretamente às atividades desenvolvidas por esses professores.

De maneira semelhante aos estudos já citados, destacou como um dos problemas da readaptação o impedimento dos readaptados de poderem exercer funções compatíveis com suas capacidades e com a preservação de sua saúde. Vieira (2013) relaciona quatro fatores de fracasso na readaptação funcional, o primeiro sendo a visão negativa e preconceituosa de gestores e pares acerca dos professores em readaptação funcional, o segundo a negação dos limites necessários à atividade profissional desses professores, o terceiro o isolamento dos professores do coletivo profissional docente, e o quarto a atribuição de tarefas que subempregam as capacidades dos tra-

balhadores readaptados.

De forma geral, boa parte dos docentes em situação de readaptação por questões de saúde mental apontam desvalorização, discriminação e desrespeito. Assim, concordamos com o que Me-deiros (2010) aponta em seu estudo sobre a readaptação funcional de professores da rede pública do DF: “A readaptação funcional do professor, que deveria representar uma garantia de continuidade de atuação desse profissional como tal, exerce função de ameaça a sua identidade.”

Segundo Nunes (2000), outro problema é que o processo de readaptação também ignora o estado do trabalhador em termos de seus temores e suas esperanças em relação ao trabalho. O que importa é o que o trabalhador ainda consegue realizar, o que muitas vezes é determinado sem a participação ou a consideração do próprio trabalhador. A desconsideração pelo protagonista na situação de readaptação, o trabalhador adoecido, é retratada não só pela forma desumanizada e desrespeitosa como são tratados pela equipe de “saúde do trabalhador”, como também por sua ausência no processo que vai definir seu futuro.

Ao longo da definição do processo de readaptação dos professores, as decisões são tomadas unilateralmente pelos peritos e repassadas aos gestores escolares, sem esclarecimentos ou sensibilização sobre a adequada recepção do readaptado e sua condução no contexto laboral. O readaptado é simplesmente informado de suas limitações e, ao retornar ao trabalho, precisa travar uma longa batalha para que possa exercer funções compatíveis com as suas reais condições e para ser aceito e respeitado naquele ambiente.

Outro fator que denotava a falta de cuidado dessa instância era a falta de informações sobre seus direitos e suas obrigações nessa nova condição que se encontravam os professores readaptados, o que gerava constante medo de perda de direitos. Nessas circunstâncias, algumas professoras relatavam a busca de apoio por meio do sindicato. Ainda se ressentiam por terem tido que enfrentar todo esse sofrido processo de perdas, advindas do adoecimento e da readaptação, de forma solitária (AMARAL, 2018).

Alguns docentes readaptados também apresentam características da Síndrome do Ostracismo, que é a perda do poder, em especial quando o poder é tratado ao modo de objeto de afeto. Um exemplo de Síndrome do Ostracismo pode ser a perda da direção da escola, ou mesmo ter que deixar a sala de aula quando a pessoa não se prepara para sair desta função. As características decorrentes desta síndrome são as mesmas do luto: frustração, raiva, ressentimento, amargura e depressão. A perda do poder é composta, pois, junto às emoções provenientes da perda do objeto de afeto, a ocorrência também atinge a autoestima, o autoconceito e o orgulho, devido ao impacto na imagem social do sujeito (BRAND, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação as causas e consequências do mal-estar docente e as readaptações precisam de mais estudos que tratem do impacto das lutas e conflitos de classe que desenvolvem nas escolas e outras instituições de ensino que podem afetar e ter um papel importante no adoecimento docente.

Além da condição de readaptação implicar a necessidade de ressignificação profissional, existe um estigma negativo em relação aos professores readaptados, que sofrem com o preconceito, a desvalorização e a desconfiança por parte de seus colegas de trabalho e de seus gestores. Como agravamento a essa situação, acrescenta-se a forma desumanizada e desrespeitosa com que os readaptados são tratados pela equipe de saúde nas perícias médicas.

Os procedimentos formais da burocracia estatal nos setores de educação e saúde para a regularização da vida funcional do professor readaptado, suscitam a reflexão, também, do processo socioprofissional a que esse docente se expõe, abrangendo as relações sociais na instituição escolar e que afetam sua identidade profissional após a readaptação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Grazielle Alves. **Escuta clínica do trabalho e (re) significação do sofrimento de professoras readaptadas**. 2018.

ANTUNES, S. M. P. S. N. (2014). **Readaptação docente: trajetória profissional e identidade**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

BRAND, Rita Melânia Webler. **Do mal-estar à readaptação: o que causa o adoecimento e o afastamento da função docente**. 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**.

DIÁRIO OFICIAL PODER EXECUTIVO. **Resolução SE-12, de 18 de março 2014**. Dispõe sobre a situação funcional dos servidores da Secretaria da Educação que se encontram na condição de readaptados, e dá providências correlatas. Seção I, São Paulo, 126 (19) – 27.

FANTINI, A. J. E., Silveira, A. M., & La Rocca, P. F. (2010). **Readaptação Ocupacional de servidores públicos: a experiência de uma universidade pública**. Revista Médica de Minas Gerais, 20 (2 Supl2), 59-65.

GERLIN, M. N. M. (2006). **Fiando textos e contextos: a narrativa tece o trabalho de professoras em bibliotecas escolares**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MEDEIROS, A. M., Barreto, S. M., & Assunção, A. A. (2006). **Professores afastados da docência por disfonia: o caso de Belo Horizonte**. Cadernos de Saúde Coletiva, 14(4), 615-624.

MEDEIROS, R. C. F. (2010). **Para uma ecologia (mais) humana do professor readaptado**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília.

MOTA, Lidiane Oliveira Eduardo. **Possíveis fatores de risco e proteção para o bem-estar e saúde mental da categoria docente: um estudo bioecológico com professores readaptados da SEDF. 2022.**

NUNES, B. O. (2000). **O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

PEZZUOL, M. de L. M. (2008) **Identidade e trabalho docente: a situação do professor readaptado em escolas público do Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Semiótica, Tecnologia da Informação e Educação, Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes.

SINCERCA. **Sindicato dos servidores de Capelinha Minas Gerais**. Data: 05 de janeiro de 2012.

VEDOVATO, Tatiana Giovanelli; MONTEIRO, Maria Inês. **Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 42, p. 291-297, 2008.

VIEIRA, R. C. (2013). **Readaptação funcional de professores no serviço público: a organização como determinante de conflitos intersubjetivos e dramas pessoais.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.